



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – RCI-GESTÃO Nº: 110001.A01.001.0719

GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV

EXERCÍCIO 2018

Fortaleza, julho de 2019



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

Secretário Executivo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

Antônio Marconi Lemos da Silva

Auditor de Controle Interno

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

Auditor de Controle Interno

Coordenadoria de Inspeção

George Dantas Nunes

Auditor de Controle Interno

Coordenadoria de Auditoria Interna

Kelly Cristina de Oliveira Barbosa

Auditora de Controle Interno

Coordenadoria da Transparência

Ítalo José Brígido Coelho

Auditor de Controle Interno

Coordenadoria de Controladoria

Marcelo de Sousa Monteiro

Auditor de Controle Interno

Coordenadoria de Ouvidoria

Larisse Maria Ferreira Moreira

Auditora de Controle Interno



I - INFORMAÇÕES PRELIMINARES

DO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – RCI-GESTÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, em cumprimento às determinações apresentadas no inciso III, do art. 9º e no inciso IV, do art. 52, da Lei Estadual nº 12.509, de 06 de dezembro de 1995, no inciso XVII, do art. 14, da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018 e no Decreto Estadual nº 33.053, de 10 de maio de 2019, apresenta o Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão – RCI-Gestão do **GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV**, sobre o exercício financeiro de **2018**.

O RCI-Gestão está orientado pelo Decreto Estadual nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a auditoria preventiva com foco em riscos e pelo Decreto nº 33.053, de 10 de maio de 2019, que estabelece as diretrizes para elaboração do Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão (RCI-Gestão) dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo do Estado do Ceará.

As contas de gestão dos órgãos, entidades e fundos referentes ao exercício de **2018** foram analisadas tendo como base a estrutura da Administração Pública contida na Lei Estadual nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007 e suas alterações, entretanto serão apresentadas pelos órgãos, entidades e fundos que os sucederam, após a edição da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018.

A geração do RCI-Gestão foi realizada de forma automatizada pela equipe do Observatório da Despesa Pública do Ceará (ODP.Ceará), no âmbito da Coordenadoria de Controladoria, em conformidade com as normas e procedimentos técnicos aplicáveis às demandas de controle interno, com a utilização de dados disponíveis nos sistemas corporativos do Poder Executivo Estadual, bem como por meio de informações produzidas pelas áreas finalísticas da CGE.

As atividades de controle interno desenvolvidas pelas áreas finalísticas da CGE, relativas ao exercício de **2018**, estão consolidadas neste relatório e foram desenvolvidas visando contribuir para o tratamento tempestivo dos riscos que podem ameaçar o cumprimento dos objetivos institucionais do órgão, entidade ou fundo e fornecer subsídios para identificação de oportunidades de melhoria nos processos organizacionais.

Os dados e as informações que apresentaram indícios de irregularidade foram encaminhadas ao órgão, entidade ou fundo para que esse se manifestasse no prazo determinado pela CGE e para que apresentasse plano de ação visando ao saneamento das fragilidades detectadas.

Os indícios de irregularidades detectados no âmbito das atividades de controle interno das áreas finalísticas da CGE, no exercício em análise, e não respondidos ou tratados pelo órgão, entidade ou fundo estão relatados no presente relatório.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

II - INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Sigla - GABGOV

Natureza - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1. Legislação Vigente no Exercício de 2018

O **Gabinete do Governador – GABGOV**, criado pela Lei nº 6.085, de 08 de novembro de 1962, redefinida sua competência de acordo com o art. 11, da Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, posteriormente alterada pela Lei 14.869, de 25 de janeiro de 2011, constitui órgão da Administração Direta Estadual Superior.

A Lei Estadual nº 15.773, de 10 de março de 2015, que alterou a Lei nº 13.875/2007, estabeleceu as competências do GABGOV, que tem como missão assessorar o Governador na tomada de decisões estratégicas e na coordenação de políticas públicas, visando assegurar efetividade nas ações de desenvolvimento econômico e social do Estado, em benefício do povo cearense.

2. Competências

Compete ao Gabinete do Governador:

- A assistência imediata e o assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo, notadamente quanto ao trato de questões, providências e iniciativas atinentes ao desempenho de suas atribuições e prerrogativas, como também na área política e parlamentar;
- O agendamento e coordenação de audiências e quaisquer outras missões ou atividades determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- O assessoramento e coordenação das relações internacionais; a assistência ao Chefe do Poder Executivo, mediante o planejamento e a execução dos serviços protocolares e cerimonial público;
- A recepção a autoridades e pessoas em visita oficial e eventos análogos;
- A promoção da coordenação e articulação política entre os órgãos da Administração Pública Estadual e destes com os municípios e com a sociedade civil organizada, bem como com todos os órgãos do Poder Público Federal, Estadual e Municipal;
- A coordenação das políticas transversais relacionadas à juventude, às mulheres, às pessoas idosas, às pessoas com deficiências, à promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, à promoção da igualdade racial, e à proteção e promoção dos direitos humanos, sem prejuízo das atribuições do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, conforme dispõe o art.181, da Constituição Estadual, e a outras políticas que venham a ser definidas pelo Chefe do Poder Executivo;
- A gestão da documentação recebida e expedida, a transmissão e controle da execução das ordens e determinações emanadas do Chefe do Poder Executivo;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

- O assessoramento especial na celebração de contratos e convênios;
- A gestão e provimento dos recursos necessários que assegurem as condições adequadas de funcionamento da Residência Oficial e do Gabinete do Governador e à recepção de autoridades, à realização de reuniões, eventos de trabalho ou sociais;
- O assessoramento e a coordenação das relações de acolhimento aos movimentos sociais;
- O apoio e os recursos necessários ao desenvolvimento de ações relacionadas às políticas sociais coordenadas pelo Gabinete do Governador;
- Subsidiar a formulação de políticas públicas de segurança pública em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social;
- Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do Regulamento.

3. Receitas

Tesouro Estadual.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

III - GABGOV EM NÚMEROS

O objetivo deste capítulo é apresentar informações gerais de natureza orçamentária e financeira relativas à execução das despesas por categoria econômica, grupo de natureza, fontes de recursos, especificando as despesas com pessoal, contratos e parcerias.

1. Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa

A Tabela 1 apresenta a execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza de despesa (GND), o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 1 - Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – R\$ 1.000,00

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Grupo de Natureza de Despesa	(I)		(II)		(III)	
DESPESAS CORRENTES	140.180,85	131.633,20	109.384,13	107.533,10	78,03%	97,37%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.704,43	14.218,87	14.218,87	14.135,98	96,70%	12,66%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	125.476,41	117.414,34	95.165,26	93.397,12	75,84%	84,71%
DESPESAS DE CAPITAL	3.785,30	3.559,68	2.955,19	2.955,19	78,07%	2,63%
INVESTIMENTOS	3.785,30	3.559,68	2.955,19	2.955,19	78,07%	2,63%
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	143.966,15	135.192,88	112.339,32	110.488,28	78,03%	100,00%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

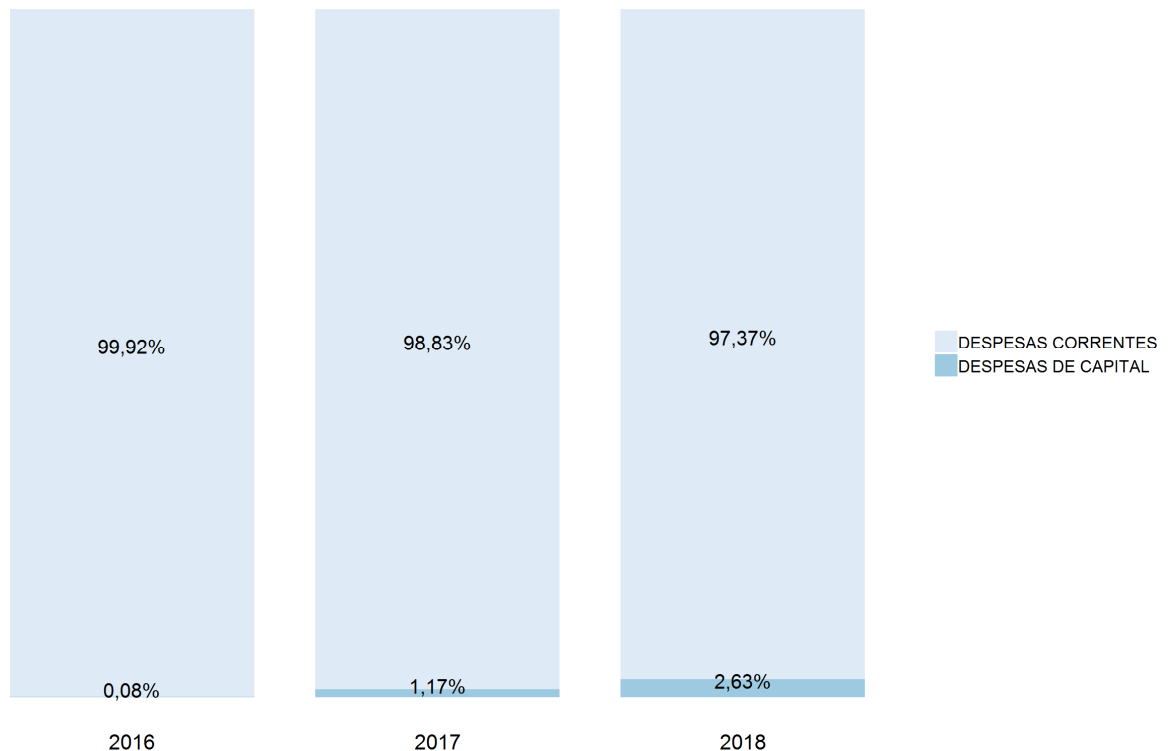
O gráfico 1 apresenta a evolução percentual da participação da liquidação da despesa por Categoria Econômica nos três últimos exercícios financeiros.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

Gráfico 1 - Evolução Percentual da Participação da Despesa Executada por Categoria Econômica



2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso

A Tabela 2 apresenta a execução da despesa (liquidação) por Fonte de Recurso e Subfontes o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 2 - Execução da Despesa por Fonte de Recurso – R\$ 1.000,00

FORTE DE RECURSOS	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Subfonte	(I)		(II)		(III)	(IV)
FORTE TESOURO	135.415,55	132.867,97	111.836,76	109.985,73	82,59%	99,55%
00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	73.763,03	72.626,45	70.895,47	70.749,01	96,11%	63,11%
01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	59.382,19	58.919,94	39.619,70	37.915,13	66,72%	35,27%
10.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	2.270,33	1.321,59	1.321,59	1.321,59	58,21%	1,18%
OUTRAS FONTES	8.550,60	2.324,91	502,56	502,56	5,88%	0,45%
82.82 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.550,60	2.324,91	502,56	502,56	5,88%	0,45%
TOTAL	143.966,15	135.192,88	112.339,32	110.488,28	78,03%	100,00%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

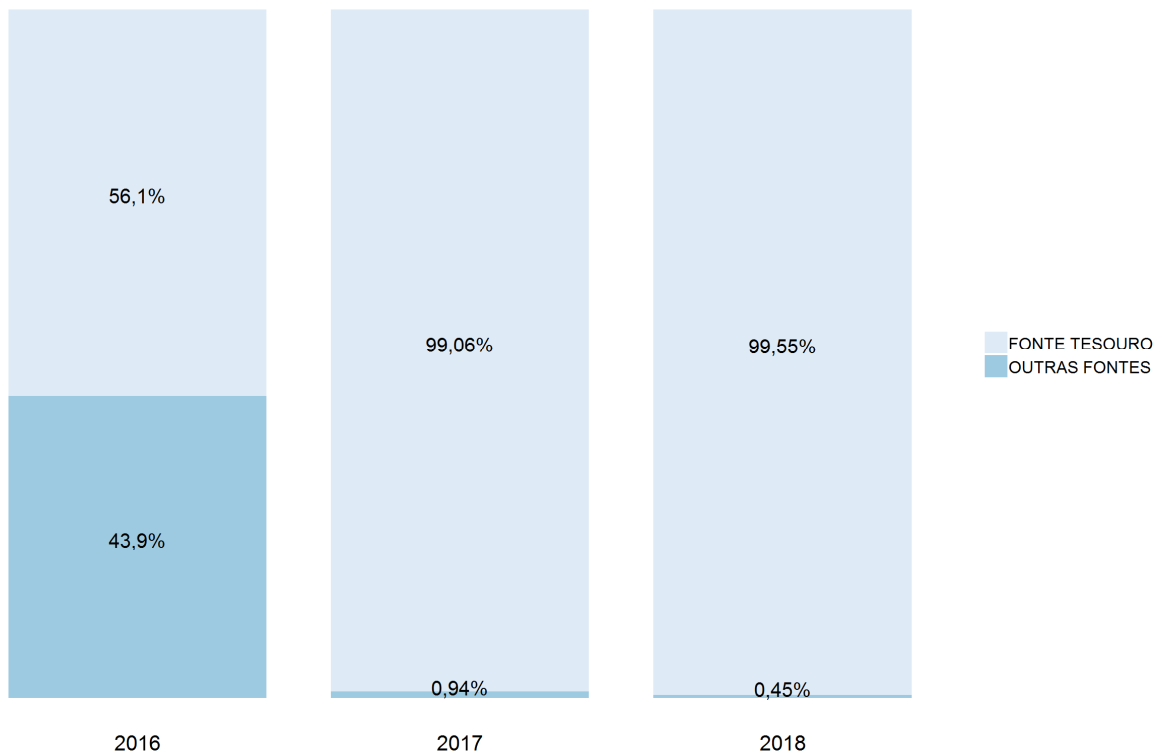


GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

O gráfico 2 apresenta a evolução percentual da participação da liquidação da despesa por grupo de fontes nos três últimos exercícios financeiros.

Gráfico 2 - Evolução Percentual da Participação da Despesa Executada por Grupo de Fontes



3. Execução da Despesa por Elemento de Despesa

A Tabela 3 apresenta a execução por elemento de despesa, o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 3 - Liquidação por Elemento de Despesa – R\$ 1.000,00

ELEMENTO	LOA + CRÉDITO (I)	EMPENHADO	LIQUIDADO (II)	PAGO	EXECUÇÃO (III)	PARTICIPAÇÃO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JÚ	101.929,15	96.139,39	74.642,52	73.955,44	73,23%	66,44%
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	19.563,63	17.052,95	16.540,24	15.497,96	84,55%	14,72%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	8.113,84	7.963,58	7.963,58	7.963,58	98,15%	7,09%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	5.597,95	5.307,44	5.307,44	5.307,44	94,81%	4,72%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.785,37	3.268,64	2.666,73	2.666,73	70,45%	2,37%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	617,85	1.149,87	1.149,87	1.149,87	186,11%	1,02%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.898,24	1.000,00	1.000,00	1.000,00	52,68%	0,89%



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

Tabela 3 - Liquidação por Elemento de Despesa – R\$ 1.000,00

ELEMENTO	LOA + CRÉDITO (I)	EMPENHADO	LIQUIDADO (II)	PAGO	EXECUÇÃO (III)	PARTICIPAÇÃO
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	690,94	784,58	784,58	722,96	113,55%	0,70%
DIÁRIAS - CIVIL	492,18	591,55	591,55	591,40	120,19%	0,53%
DIÁRIAS - MILITAR	430,92	506,73	506,73	506,73	117,59%	0,45%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51,34	431,31	431,31	431,31	840,11%	0,38%
MATERIAL DE CONSUMO	887,13	454,58	233,93	233,93	26,37%	0,21%
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	109,00	211,80	211,80	211,80	194,31%	0,19%
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQ	248,31	114,88	114,88	93,60	46,27%	0,10%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	90,00	116,57	116,57	116,57	129,53%	0,10%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	8,00	54,12	54,12	15,49	676,55%	0,05%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	20,00	18,18	18,18	18,18	90,90%	0,02%
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍ	-500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SERVIÇO DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios Previdenciários	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILI	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5,30	5,28	5,28	5,28	99,62%	0,00%
INDENIZAÇÕES	-93,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15,00	21,43	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	143.966,15	135.192,88	112.339,32	110.488,28	78,03%	100,00%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

4. Despesas com Pessoal

A Tabela 4 apresenta a composição das despesas com pessoal ativo e locação de mão de obra terceirizada em substituição a servidores.

Para a identificação da locação de mão-de-obra terceirizada em substituição a servidores foram utilizadas as informações de execução do grupo de natureza de despesa – Outros Despesas Correntes, elemento 37 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

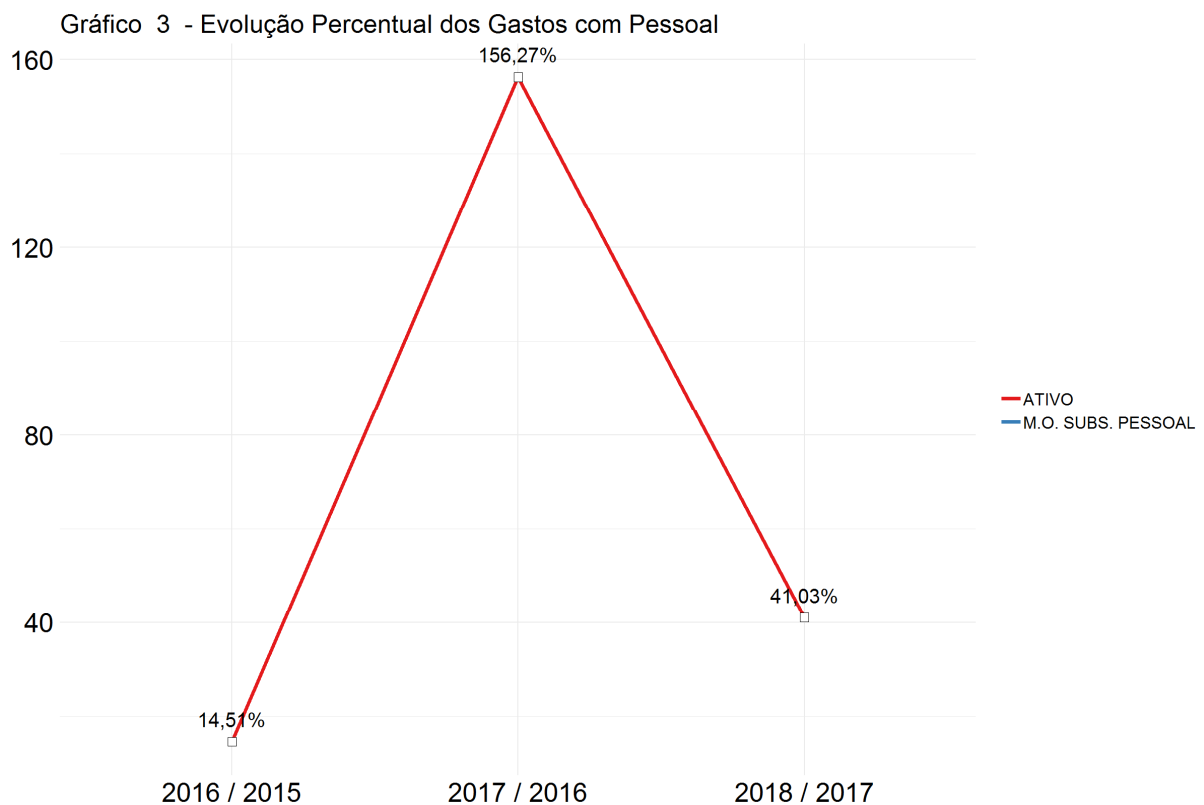
Vale ressaltar que os gastos com inativos e pensionistas são geridos pelo Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará – SUPSEC, tendo como unidades executoras o FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID.

Tabela 4 - Composição com Gastos com Pessoal – R\$ 1.000,00

TIPO DE PESSOAL	2015	2016	2017	2018
ATIVO	6.870,98	7.868,23	20.164,21	28.437,74
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.870,98	7.868,23	20.164,21	28.437,74

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 3 apresenta a evolução percentual das despesas com pessoal nos últimos três exercícios financeiros.



5. Quantitativo de Pessoal Ativo

A Tabela 5 apresenta o quantitativo de pessoal ativo, por tipo de vínculo em 31/12/2018.

Tabela 5 - Quantitativo de Pessoal

PESSOAL	2015	2016	2017	2018
---------	------	------	------	------



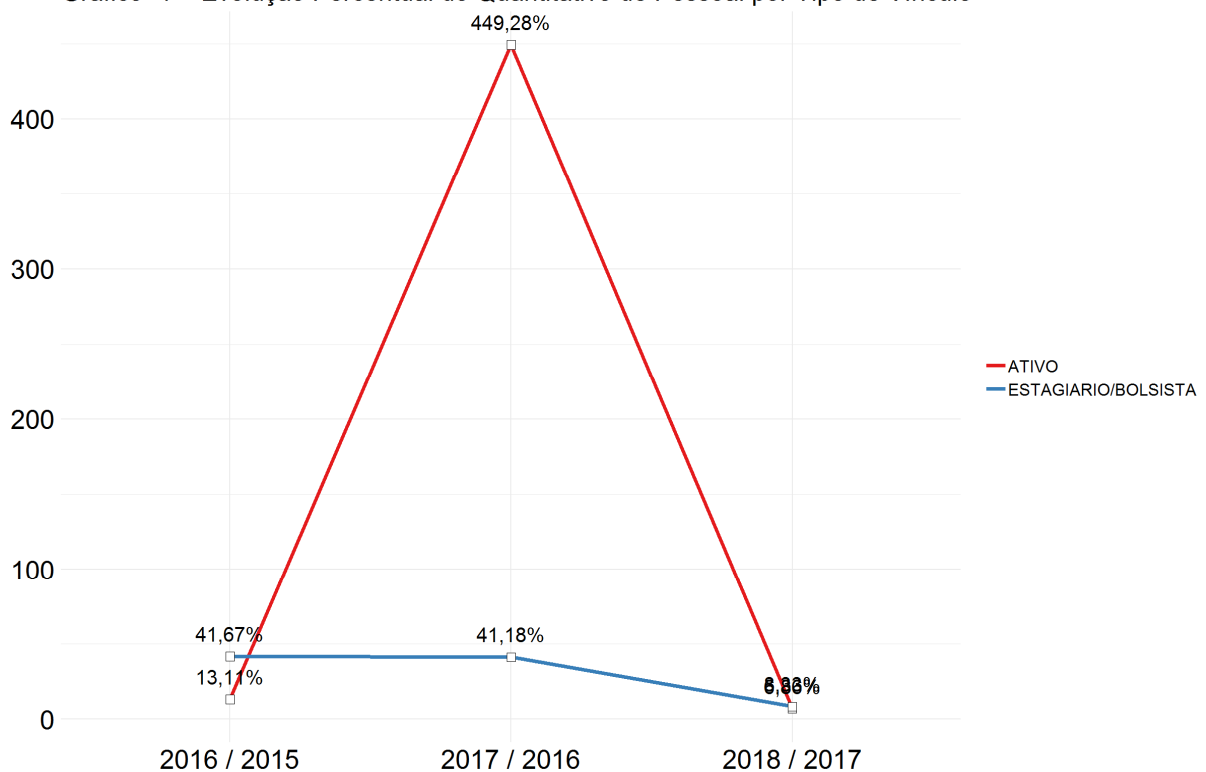
Tabela 5 - Quantitativo de Pessoal

PESSOAL	2015	2016	2017	2018
ATIVO	61	69	379	405
ESTAGIARIO/BOLSISTA	12	17	24	26
TOTAL	73	86	403	431

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 4 apresenta a evolução percentual do quantitativo de pessoal ativo nos últimos três exercícios financeiros.

Gráfico 4 - Evolução Percentual do Quantitativo de Pessoal por Tipo de Vínculo



6. Contratos com Maior Execução

A Tabela 6 apresenta os 10 contratos administrativos com maior execução no exercício de 2018, indicando o valor total do contrato atualizado, o valor liquidado no ano e o percentual de execução total do contrato.

Tabela 6 - 10 Contratos com maior execução - R\$ 1.000,00

CONTRATADO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	LIQUIDADO NO ANO	EXECUÇÃO
ARTE PRODUÇÕES DE EVENTOS ARTÍSTICOS LTD	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para estruturação de eventos de interesse do governo do estado do ceará através da casa civil, com fornecimento de recursos humanos e mate	29/07/2016 02/08/2018	15.239,27	5.186,15	34,03%



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

Tabela 6 - 10 Contratos com maior execução - R\$ 1.000,00

CONTRATADO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	LIQUIDADO NO ANO	EXECUÇÃO
ARTE PRODUÇÕES DE EVENTOS ARTÍSTICOS LTDA	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para estruturação de eventos de interesse do governo do estado do Ceará através da casa civil, com fornecimento de recursos humanos e mate	29/07/2016 02/08/2018	15.239,27	5.186,15	34,03%
SERVNAC FACILITIES SERVICE E LOGÍSTICA LTDA.	Locação/terceirização de mão-de-obra	01/06/2017 01/12/2018	13.587,74	4.350,28	32,02%
SERVNAC FACILITIES SERVICE E LOGÍSTICA LTDA.	Locação/terceirização de mão-de-obra	01/06/2017 01/12/2018	13.587,74	4.350,28	32,02%
TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	Combustíveis e lubrificantes	20/05/2015 31/05/2019	2.324,95	1.072,95	46,15%
TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	Combustíveis e lubrificantes	20/05/2015 31/05/2019	2.324,95	1.072,95	46,15%
UNICEF FUNDO NACOES UNIDAS PARA INFANCIA	O presente instrumento tem por objeto estabelecer os termos e as condições da cooperação técnica e operacional entre as partes, a ser realizada mediante o apoio financeiro, pelo Ceará, ao programa de	12/12/2018 12/12/2019	1.000,00	1.000,00	100,00%
UNICEF FUNDO NACOES UNIDAS PARA INFANCIA	O presente instrumento tem por objeto estabelecer os termos e as condições da cooperação técnica e operacional entre as partes, a ser realizada mediante o apoio financeiro, pelo Ceará, ao programa de	12/12/2018 12/12/2019	1.000,00	1.000,00	100,00%
SERVNAC FACILITIES SERVICE E LOGÍSTICA LTDA.	Locação/terceirização de mão-de-obra	01/06/2017 02/09/2018	1.797,17	731,23	40,69%
SERVNAC FACILITIES SERVICE E LOGÍSTICA LTDA.	Locação/terceirização de mão-de-obra	01/06/2017 02/09/2018	1.797,17	731,23	40,69%
SANAUTO NORDESTE AUTOMOVEIS LTDA	Aquisição de veículos	08/07/2018 08/07/2019	660,00	660,00	100,00%
SANAUTO NORDESTE AUTOMOVEIS LTDA	Aquisição de veículos	08/07/2018 08/07/2019	660,00	660,00	100,00%
TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	Peças, acessórios e manutenção de veículos	30/12/2015 28/11/2018	1.195,66	559,23	46,77%
TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	Peças, acessórios e manutenção de veículos	30/12/2015 28/11/2018	1.195,66	559,23	46,77%
PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Aquisição de equipamentos e material de informática	22/03/2018 22/03/2019	470,69	470,69	100,00%
PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Aquisição de equipamentos e material de informática	22/03/2018 22/03/2019	470,69	470,69	100,00%
PREMIUM CAR RENTAL E TRANSPORTES LTDA ME	Locação de veículos e aeronaves	13/11/2017 13/11/2018	478,90	421,43	88,00%
PREMIUM CAR RENTAL E TRANSPORTES LTDA ME	Locação de veículos e aeronaves	13/11/2017 13/11/2018	478,90	421,43	88,00%
CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA	Passagens e despesas com locomoção	03/08/2017 03/08/2018	893,75	417,96	46,76%
CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA	Passagens e despesas com locomoção	03/08/2017 03/08/2018	893,75	417,96	46,76%
Total			75.296,27	29.739,83	39,50%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

7. Parcerias – Execução por Objeto

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2018.

8. Instrumentos de Parceria com Maior Liberação de Recursos

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2018.

9. Contratos de Gestão - Valores Pagos

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2018.



IV – AÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Neste Capítulo serão apresentadas informações relativas à atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, no exercício de 2018.

A - AÇÕES DE MONITORAMENTO DO CONTROLE INTERNO

No presente tópico são apresentadas as ações realizadas pela CGE no monitoramento do Sistema de Controle Interno, contemplando as áreas de Ouvidoria, Transparência, Controladoria e Auditoria Interna.

Diante de pendências identificadas durante o exercício, a CGE orienta que os órgãos e entidades definam um Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF, nos termos do Decreto Estadual nº29.388, de 27 de agosto de 2008 (D.O.E. 28/08/2008), para minimizar a recorrência de eventos de risco. Além disso, a CGE realiza ações de capacitação, orientação e reuniões para orientação aos gestores e responsáveis pelo controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

1. OUVIDORIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Ouvidoria (COUVI), realiza o monitoramento das demandas de ouvidoria e coordena a Rede de Ouvidoria composta por representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo. No exercício de 2018 foram verificados os aspectos relacionados às manifestações de ouvidoria, o cumprimento dos prazos e a satisfação do cidadão.

1.1. Manifestações de Ouvidoria

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são tratadas no âmbito de cada órgão ou entidade do Poder Executivo, devendo ser respondidas ao cidadão no prazo máximo de 15 dias, prorrogáveis por mais 15, conforme o Decreto Estadual nº. 30.474/2011. Além do cumprimento do prazo, a CGE monitora a satisfação do cidadão. A Tabela 7 apresenta o total de manifestações registradas por tipo nos canais de Ouvidoria e encaminhados para o GABGOV no exercício de 2018.

Tabela 7 - Ouvidoria - Quantidade de Manifestações por Tipo

ELOGIO	RECLAMAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	SOLICITAÇÃO
87	501	136	287	854

A Tabela 8 apresenta as manifestações de Ouvidoria do GABGOV, indicando a situação do cumprimento dos prazos.

Tabela 8 - Ouvidoria - Situação das Manifestações de Ouvidoria

SITUAÇÃO	
Manifestações que ainda estão no prazo legal para conclusão:	0
Manifestações fora prazo legal para conclusão:	0
Total de manifestações recebidas no período e ainda não concluídas:	0



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

A Tabela 9 apresenta os indicadores de cumprimento dos prazos e o índice de satisfação do cidadão com a Ouvidoria do GABGOV no exercício de 2018.

Tabela 9 - Ouvidoria - Cumprimento do Prazo e Satisfação

INDICADOR	REQUISITO	RESULTADO
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTAS	15 DIAS, podendo ser prorrogado	7 DIAS
PERCENTUAL DE MANIFESTAÇÕES RESPONDIDAS NO PRAZO	100%	98.34%
PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO	82%	81.60%

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

1.2. Principais Assuntos Demandados

A Tabela 10 apresenta os assuntos mais recorrentes por tipo de manifestação, indicando os aspectos positivos avaliados pelo cidadão, os temas mais críticos e os principais fatores de risco.

Tabela 10 - Ouvidoria

TIPO	ASSUNTO	QUANTIDADE
DENÚNCIA	VIOLACAO DE DIREITOS HUMANOS (LIBERDADE, RELIGIAO, VIDA, TORTURA ETC)	57
	VIOLACAO DE DIREITOS HUMANOS	35
	CONDUTA INADEQUADA DE SERVIDOR	5
	CONDUTA ETICA (CONFLITO DE INTERESSE, FAVORECIMENTO ILICITO, INTERESSE PESSOAL, ATIVIDADE PROFISSIONAL ANTIETICA, VIOLACAO DA MORAL PUBLICA)	5
	ASCENSAO FUNCIONAL	5
	OUTROS	29
	TOTAL	136
ELOGIO	ELOGIO AO GOVERNADOR DO ESTADO	61
	ELOGIO AOS SERVICOS PRESTADOS PELO ORGAO	12
	ELOGIO A SERVIDOR PUBLICO/COLABORADOR	6
	ELOGIO A OUVIDORIA	2
	INVESTIMENTO NA SEGURANCA PUBLICA	1
	OUTROS	5
	TOTAL	87
RECLAMAÇÃO	INSATISFACAO COM OS SERVICOS PRESTADOS PELO ORGAO	49
	INSATISFACAO COM O ATENDIMENTO/SERVICO PRESTADO PELO ORGAO	33
	INSATISFACAO COM A RESPOSTA DA INSTITUICAO	33



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

Tabela 10 - Ouvidoria

TIPO	ASSUNTO	QUANTIDADE
	VIOLACAO DE DIREITOS HUMANOS	32
	PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO DO ESTADO	29
	OUTROS	325
	TOTAL	501
	ASSISTENCIA INSTITUCIONAL E ORIENTACAO JURIDICA	196
	PROCEDIMENTOS E ORIENTACOES PARA SOLICITACAO DE INFORMACAO	126
	ASSISTENCIA E ORIENTACAO JURIDICA	57
SOLICITAÇÃO	PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO DO ESTADO	40
	SOLICITACAO DE DOCUMENTOS	34
	OUTROS	401
	TOTAL	854
	MELHORIAS NA SEGURANCA PUBLICA	42
	PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO DO ESTADO	37
	INVESTIMENTOS EM PROGRAMAS/PROJETOS GOVERNAMENTAIS	21
SUGESTÃO	INVESTIMENTO NA SEGURANCA PUBLICA	17
	CONCURSO PUBLICO	12
	OUTROS	158
	TOTAL	287
TOTAL		1.865

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

2. TRANSPARÊNCIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Transparência (COTRA), realiza o monitoramento da transparência ativa e passiva dos órgãos e entidades do Poder Executivo. No exercício de 2018 foram verificados os aspectos relacionados à disponibilização das informações previstas na Legislação de Acesso à Informação (Lei Federal nº12.527/2011 e Lei Estadual 15.175/2012).

2.1. Transparência Ativa - Disponibilização das Informações Previstas na LAI no Site Institucional

De acordo com as rotinas estabelecidas para a geração desta informação, não foram identificados dados de execução no exercício de 2018.



2.2. Transparência Passiva

A Tabela 11 apresenta o desempenho do órgão ou entidade no encaminhamento dos pedidos de acesso à informação (transparência passiva), consolidadas para o exercício de 2018. Cada órgão e entidade do Poder Executivo deve responder no prazo máximo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10. No monitoramento realizado pela CGE, além do cumprimento dos prazos, também é observada a satisfação do cidadão.

Tabela 11 - Transparência Passiva – Desempenho

ACESSO À INFORMAÇÃO	RESULTADO
QUANTIDADE DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES	145,00
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTAS	6,57
PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES RESPONDIDAS NO PRAZO	98,94
PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO	92,30

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

A Tabela 12 apresenta as solicitações de acesso à informação do GABGOV, indicando a situação do cumprimento dos prazos.

Tabela 12 - Transparência Passiva – Solicitações de Informação

SOLICITAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO	
Solicitações que ainda estão no prazo legal para resposta:	0
Solicitações fora prazo legal para resposta:	0
Total de solicitações recebidas no período e ainda não respondidas:	0

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

A Tabela 13 apresenta os assuntos mais recorrentes nas solicitações de acesso à informação, indicando a quantidade de solicitações que foram recebidas no exercício de 2018.

Tabela 13 - Transparência Passiva – Assuntos Mais Recorrentes no CSAI

ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	QUANTIDADE
CONCURSO PÚBLICO	7
TRAMITAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	6
TRAMITAÇÃO DE PROCESSO SPU (ANÁLISE, ENCAMINHAMENTO, CONSULTA, PRAZO, ARQUIVAMENTO)	4
INFORMAÇÃO SOBRE LEGISLAÇÃO (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS ETC)	4
INFORMAÇÃO SOBRE AÇÕES, PROGRAMAS E OBRAS	4
AUDIÊNCIAS E ENCONTROS OFICIAIS DO GOVERNADOR	4



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

Tabela 13 - Transparência Passiva – Assuntos Mais Recorrentes no CSAI

ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	QUANTIDADE
INFORMAÇÃO SOBRE LEGISLAÇÕES ESTADUAIS (LEI, DECRETO, PORTARIA, ETC)	3
INFORMAÇÃO SOBRE ENDEREÇOS E TELEFONES DOS ÓRGÃOS, ENTIDADES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	3
FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS	3
ACORDO DE COOPERAÇÃO/PARCEIRIAS INSTITUCIONAIS	3
OUTROS	53
TOTAL	94

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

3. CONTROLADORIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT), realiza o monitoramento diário da situação do Estado no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A partir das informações disponibilizadas pela STN, a CGE encaminha relatórios com a situação do CNPJ dos Órgãos e Entidades do Estado do Ceará, por meio de correio eletrônico, e formaliza ofícios para os órgãos e entidades que apresentam pendências, solicitando a adoção de providências necessárias à regularização.

3.1. Monitoramento do CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

A Tabela 14 apresenta as pendências identificadas no GABGOV no exercício de 2018, indicando a quantidade de dias conforme por tipo de exigência.

Tabela 14 - CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

ITEM	EXIGÊNCIA	DIAS COM PENDÊNCIAS
1.1	REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	0
1.3	REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS	2
1.4	REGULARIDADE EM RELAÇÃO À ADIMPLÊNCIA FINANCEIRA EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELA UNIÃO	0
1.5	REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	5
2.1	REGULARIDADE QUANTO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FEDERAIS RECEBIDOS ANTERIORMENTE	0
3.1	ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF	0
3.2	ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO	0
3.3	ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS ANUAIS	0
3.4	ENCAMINHAMENTO DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS	0



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

Tabela 14 - CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

ITEM	EXIGÊNCIA	DIAS COM PENDÊNCIAS
4.1	EXERCÍCIO DA PLENA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	0
4.2	APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO	0
4.3	APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS EM SAÚDE	0
4.4	REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	0
4.5	REGULARIDADE QUANTO À CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS	0
TOTAL		7

* Fonte: Sistema de Transferências Intergovernamentais (STN)

4. AUDITORIA INTERNA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental (COAUD), realiza atividades de auditoria interna para contribuir com a melhoria dos processos e para a verificação da regularidade da gestão.

4.1. Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício

A Tabela 15 apresenta informações relativas às atividades realizadas nesta unidade no exercício de 2018. Os documentos estão dispostos por seu número, modalidade e categoria de auditoria e por seu objeto.

Tabela 15 - Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício

NÚMERO	MODALIDADE DA ATIVIDADE	CATEGORIA DA ATIVIDADE	OBJETO
110001.01.01.01.044.0218	REGULARIDADE	CONTAS DE GESTÃO	CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2017

* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental (COAUD)



B - TRILHAS AUTOMATIZADAS DE AUDITORIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT) e da Coordenadoria de Inspeção (COINS), elaborou no âmbito das atividades do Observatório da Despesa Pública do Ceará – ODP.Ceará, trilhas automatizadas de auditoria com o objetivo de identificar situações que possam constituir irregularidades na execução orçamentária e financeira, na gestão de compras e de parcerias por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Foram elaboradas quatro trilhas para identificar:

1. Convênios inadimplentes;
2. Fracionamento de dispensa em razão do valor;
3. Fracionamento para escapar da modalidade de licitação; e
4. Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário.

1. INSPEÇÃO

1.1. Convênios inadimplentes

O objetivo dessa trilha foi identificar a existência de instrumentos de parcerias celebrados pela unidade, que estejam em situação de inadimplência. Após a execução da trilha, **não foram identificadas situações em desconformidade.**

1.2. Fracionamento de despesa em razão do valor

Com o objetivo de analisar a realização de dispensa de licitação em razão do valor que excederam os limites de dispensa estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993 e no Decreto Federal nº 9.412/2018, foi aplicada a trilha de auditoria para verificar a execução de cada item de despesa.

Da análise das contratações de obras e serviços de engenharia e de aquisições de outros serviços e compras realizadas pela unidade, no exercício de 2018, efetivadas por meio de dispensa de licitação em razão do valor, **não foram identificadas situações** em que foram extrapolados os limites fixados nos incisos I e II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/1993, c/c o Decreto Federal nº 9.412/2018.

1.3. Fracionamento para escapar da modalidade de licitação

Com o objetivo de analisar a realização de despesas em que os empenhos superaram os limites estabelecidos para Convite e Tomada de Preços utilizados nas contratações, conforme a Lei Federal nº 8.666/1993 e o Decreto Federal nº 9.412/2018, foi aplicada a trilha de auditoria para identificar se os limites foram ultrapassados na execução de cada item de despesa.

Da análise das contratações de obras e serviços de engenharia e de aquisições de outros serviços e compras realizadas pela unidade, no exercício de 2018, efetivadas por meio de licitação nas modalidades convite e/ou tomada de preços, **não foram**



identificadas situações em que foram extrapolados os limites fixados pelo art. 23 da Lei 8.666/93 c/c o Decreto Federal nº 9.412/2018.

1.4. DEA - Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário

Com o objetivo de analisar se a execução de Despesa de Exercício Anterior (DEA) no exercício de 2018 foi maior do que o saldo orçamentário do exercício de 2017, foi aplicada a trilha de auditoria, considerando a fonte e a subfonte de recursos.

Como resultado da análise, **não foram identificadas situações** em desconformidade com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados estão adstritos aos objetivos e limites estabelecidos no escopo do presente trabalho, não excluindo, porém, eventos relevantes e necessários à análise dos dados e informações objeto deste trabalho.

A ocorrência de quaisquer fatos supervenientes a esse propósito, que venham a ser conhecidos ou para os quais esta CGE seja demandada a se pronunciar, poderão ser objeto de exame posterior.

Documento assinado digitalmente

Alex Aguiar Lins

Auditor de Controle Interno

José Mariano Neto

Auditor de Controle Interno